

HICKEL, Jason. 2015. *Democracy as Death: The Moral Order of Anti-Liberal Politics in South Africa*. Oakland: University of California Press. 264 pp.

Thais Henriques Tiriba

Mestra em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP)

thaistiriba@gmail.com

O que se perde quando nós, como analistas, projetamos nosso próprio senso comum em uma teoria universal? Essa questão, enunciada pelo autor já no início da obra, nos ajuda a navegar pelo instigante texto de Jason Hickel, “Democracy as Death: The Moral Order of Anti-Liberal Politics in South Africa”. Nessa obra, fruto de extensa pesquisa etnográfica e histórica na região de KwaZulu-Natal, África do Sul, o jovem antropólogo, atualmente *fellow* na The London School of Economics and Political Science (LSE), busca compreender as razões pelas quais muitos trabalhadores migrantes zulu da zona rural entendem elementos da democracia como socialmente destrutivos e, com frequência, traçam paralelos entre esses e a morte.

A revolução que deu fim ao apartheid, apesar de celebrada como o triunfo da democracia liberal¹, conta com uma história ofuscada pelas narrativas da libertação sul-africana. Durante os períodos anteriores e posteriores à revolução, o país foi seriamente acometido por destruição e violência, que custou a vida de mais de vinte mil indivíduos.

Parte da violência ocorreu entre, de um lado, habitantes das *townships* e, de outro,

1 Nessa resenha, uso os termos “liberal” e “liberalismo” no mesmo sentido que o autor, referindo-me ao “conjunto de ideias sobre noção de pessoa [*personhood*] e liberdade que são compartilhadas pelas pessoas em ambos os extremos do espectro político e que, em última análise, sustentam aquilo a que podemos nos referir como cultura ocidental moderna” (:5). Tradução minha.

migrantes rurais que tinham sua habitação temporária nas adjacências desses mesmos espaços. A mídia, de forma sensacionalista, explicava a violência como embates tribais entre diferentes etnias, o que falhava em elucidar os choques entre esses dois grupos, ambos autoidentificados como zulu.

Os movimentos de massa que levaram ao fim do apartheid estavam baseados principalmente nas *townships* urbanas, bem como o apoio ao African National Congress (ANC), partido que administra o país a nível nacional desde 1994, ocasião da eleição de Nelson Mandela. Trabalhadores migrantes entrevistados pelo autor explicavam sua resistência ao ANC devido às noções de democracia e direitos promovidas pelo partido, entendidas como culturalmente retrógradas. Essas pessoas questionavam os ideais de que todos os indivíduos são autônomos e ontologicamente iguais, especialmente em relação às hierarquias de gênero e parentesco, e entendiam essas políticas como um ataque sistemático a seus valores. É importante destacar que os migrantes entrevistados pelo autor mantinham laços profundos com a casa rural [*rural homestead*] e viviam relação pendular entre esse lugar e o meio urbano. Muitos deles eram ainda filiados ao Inkatha Freedom Party, partido ligado ao nacionalismo zulu.

O princípio moral básico da vida social zulu rural se baseia na produção da diferença hierárquica. As estruturas da casa rural [*rural homestead*] ideal inscrevem as diferenças entre os gêneros, as gerações e os status. Um complexo código de tabus também marca as diferenças sociais. Essa produção da diferença é compreendida como vital para fruição e para o bem-estar coletivo. A violação desse código e o colapso da diferenciação social são entendidos como passíveis de interromper a reprodução social. Muitos consideram a democracia como causa do aumento da pauperização, do crime, da violência social, da transmissão de HIV e do desemprego. É de acordo com essas noções que muitos migrantes rurais rejeitam o projeto igualitário do ANC, que eles julgam causar infortúnio nacional devido à violação dessas mesmas hierarquias. A democracia desfaz o importante trabalho ritual de diferenciar pessoas, desmantela a estrutura hierárquica do parentesco e coloca o mundo novamente em um estado de uniformidade.

O autor se propõe a levar a sério os significados particulares que constituem os interesses políticos desses migrantes. Suas motivações não se encaixam no paradigma do interesse que organiza muito das ciências sociais ocidentais e da teoria crítica, que assumem um modelo de noção de pessoa e de individualismo que, segundo Hickel, não operaria na Zululândia rural.

Acadêmicos, nas ciências sociais, tenderam a explicar a insurreição migrante de duas formas: tomando cultura como alguma forma de falsa consciência irracional cinica-

mente encorajada pelo estado colonial e manipulada por líderes oportunistas, ou tomando migrantes como indivíduos racionais interessados em maximizar a utilidade e assegurar controle sobre recursos, poder e território instrumentalizando a ideia de cultura. Ambas as formas assumem um modelo de noção de pessoa capitalista euro-americano que depende de uma dicotomia básica entre indivíduo e sociedade ou razão e cultura.

Diferentemente da concepção ocidental de indivíduo, entre os migrantes zulu, uma pessoa não é concebida como um fim em si mesma, e sim como contínua a outros específicos e dividindo uma substância comum de acordo com uma lógica da abrangência. Os distintos lugares hierárquicos se abrangem uns aos outros, de forma dissimilar ao que se entenderia necessariamente no ocidente por hierarquia. Essas lógicas afetam profundamente as vidas das pessoas zulu na zona rural que se dedicam à cura dos corpos e dos relacionamentos de parentes cujos destinos determinam e restringem os seus, mesmo aqueles dos antepassados. Dessa forma, a noção do sujeito neoliberal autônomo, desassociado das vitais relações de parentesco, desligado dos antepassados e desbravando sozinho o novo mundo do mercado é amplamente rejeitada.

Entretanto, focar na importância analítica de reconhecer a diferença cultural é uma postura complicada na África do Sul contemporânea. Tanto na academia quanto no ANC, teorizar a respeito das políticas reacionárias de migrantes rurais como sendo consistentes com algum tipo de orientação cultural pode vir a soar como conluio com a ideologia do regime segregacionista do apartheid que através de um processo de “tribalização” reforçava as diferenças culturais como tática de dividir para governar.

Para esse autor, encarar a diferença cultural como forma fundamental através da qual as pessoas se colocam no mundo não significa nem as aceitar como parte de um projeto relativista, nem entendê-las como estáticas. Na obra, Hickel empreende uma historização tanto da cultura de migrantes rurais zulu, quanto da cultura das *townships* urbanas. O autor visa lançar luzes à questão de como duas tendências culturais distintas, duas diferentes ideologias de noção de pessoa, emergiram dentro do mesmo grupo étnico. Para tanto, toma o modelo de Mahmood Mamdani (1996), argumentando que tais distinções foram moldadas pelas diferentes relações que populações urbanas e rurais tiveram com o regime colonial.

O estado do apartheid se fez valer de dois diferentes sistemas de administração da população africana, de acordo com os quais manipulava diferentemente as esferas domésticas de populações rurais e urbanas. As primeiras eram administradas através do governo indireto [*indirect rule*]. Em KwaZulu-Natal, expandiram os poderes dos chefes locais zulu, reforçando a autoridade masculina do chefe da casa rural sobre mulheres e geracio-

nalmente, dando aos patriarcas poderes sem precedentes. Operaram, assim, exagerando dimensões de sistemas já existentes e estendendo-os, naquilo que também é conhecido como “despotismo descentralizado”.

Em relação à população urbana, a solução de controle encontrada foi a de violentamente realocá-las em *townships* planejadas, em casas de “caixa de fósforo”, onde só poderiam habitar famílias nucleares, de acordo com expectativas europeias de domesticidade. Nesse novo layout era impossível observar os tabus cruciais de espaço e relações interpessoais. Hickel argumenta que, através da “modernização” da família africana urbana, ao invés dos dóceis trabalhadores que o estado segregacionista procurava criar, as *townships* urbanas tornaram-se locais propícios para o engendramento de novos tipos de subjetividade, para a adoção de novas expectativas políticas e para a articulação dos crescentes movimentos revolucionários que eventualmente trariam a transição democrática. Essas transformações, o autor coloca, trouxeram implicações nas formas urbanas de consciência política: enquanto zulus rurais tendiam a considerar os infortúnios da pobreza, doença e desemprego como consequência das violações da hierarquia ou do ritual, os habitantes das *townships* tiveram que buscar em outro lugar as causas de suas desventuras.

Muitos dos migrantes zulu contrastavam negativamente o governo do ANC com o regime do apartheid. Em suas visões, o regime segregacionista permitia que cada grupo vivesse de acordo com sua própria cultura e permanecesse em seu próprio lugar. Entendem o ANC como homogeneizando os vários grupos culturais sob a mesma Constituição. Insistem que a segregação era positiva na medida que permitia que mantivessem sua própria cultura e, com isso, as condições para a fruição e reprodução social.

Sem dispensar essas incômodas alegações como triviais, o autor se propõe a tratar a nostalgia colonial em termos mais empáticos. Para Hickel, levar a distintiva consciência política de trabalhadores migrantes zulu a sério seria entendê-la como parte fundamental da modernidade africana, e não como vestígios retrógrados do passado ou como cínica forma de falsa consciência. Seria aceitar que eles agem no mundo de acordo com seus próprios termos e que suas representações não são meramente simbólicas de alguma realidade secular ou material mais profunda, como historicamente seguem sendo tratadas.

O autor localiza a nostalgia acerca de um passado colonial idealizado no contexto desse momento particular da história sul-africana. Ela articula-se a um desejo de retorno a uma era da moral e de uma estrutura social previsível, que muitos migrantes sentem que a atual administração neoliberal falha em proporcionar. Para tratar desse fenômeno, Hickel toma de empréstimo de Paul Silverstein (2009) a noção de “nostalgia estrutural”, para se referir à fetichização de uma ordem cultural passada.

Tal contexto político deve ser acessado, segundo o autor, levando-se em conta a lacuna entre as expectativas da população em relação à revolução de 1994 e a realidade que hoje habita. Hickel localiza essa lacuna principalmente nas consequências da virada neoliberal que o ANC tomou uma vez que chegou ao poder. O autor enfatiza o grande senso de desapontamento e traição para com aqueles que prometeram levar a cabo a revolução e a promessa de “uma vida melhor para todos”.

Nas negociações do fim do regime, o ANC fez um número de concessões que impediram seu maior controle sobre o futuro da política econômica. Um dos países mais desiguais do mundo, a África do Sul conta com taxas altíssimas de desemprego. A renda de lares negros corresponde a apenas 16% da renda de lares brancos, e 61,9% de todos os negros sul-africanos vivem abaixo da linha da pobreza, número que sobe para 79,1% na zona rural. Voraz crítico de tais políticas neoliberais, o autor afirma que a globalização e a liberalização do mercado não apenas falharam em propiciar a prosperidade que seus proponentes prometeram, mas também pioraram consideravelmente a situação. Ajustes estruturais sufocantes forçados por instituições como FMI e Banco Mundial levaram muitas economias como a sul-africana a cortar gastos e abandonar programas sociais e serviços que suas populações desesperadamente precisam. Resulta-se daí, Hickel afirma, um agudo sentimento de crise e desespero entre africanos cujas esperanças na modernidade foram meticulosamente comprometidas.

Nesse sentido, os migrantes não estão errados ao argumentarem que a democracia trouxe declínio. O tipo de democracia estabelecido pelo ANC era complacente com uma forma de capitalismo que fomentava a lógica da liberdade para justificar a desregulamentação econômica e financeira que gerou a ampla crise de reprodução social que tanto os perturba.

Vale apontar que, ao mesmo tempo em que reivindica o importante esforço de levar a sério seus interlocutores, Hickel não problematiza suficientemente a divisão rural-urbana da região, fundamental para seu trabalho, aceitando e reiterando o modelo de Mamdani (1996), segundo o qual os diferentes sistemas coloniais moldaram não apenas sujeitos, mas subjetividades políticas diferentes. É preciso tomar com cautela a afirmação do autor de que tal divisão permanece como característica definidora da política popular de KwaZulu-Natal. Como atentou Marcelo Carvalho Rosa (2009) ao inquirir a respeito dos impactos e limites do modelo dualista de Mamdani (1996) na interpretação de mobilizações sociais em zonas rurais de KwaZulu-Natal, a generalização dessa compreensão, além de ser de difícil verificação empírica, poderia acarretar um descrédito ideológico na capacidade de mobilização rural negra do país.

De toda forma, trata-se de uma leitura extremamente prazerosa e de um trabalho fascinante, cuidadoso e altamente relevante tanto para o debate político sul-africano contemporâneo, quanto para as discussões teóricas mais amplas acerca do neoliberalismo e da democratização no mundo pós-colonial. Ao final do texto, Hickel reitera sua proposta de pensar as epistemologias subalternas como alargando a categoria do político para além das fronteiras atribuídas a ele pelo pensamento ocidental, tanto nas ciências sociais, quanto na democracia liberal. Nesse manifesto, propõe buscar nas perspectivas subalternas as sementes para uma importante crítica produzida pelas vozes daqueles que foram subjugados pela modernidade.

Referências

- MANDANI, Mahmood. 1996. *Citizen and Subject*. Princeton: Princeton University Press.
- ROSA, Marcelo C. 2009. "Espectros de Mamdani: desafios de uma sociologia da vida política rural na África do Sul contemporânea". *Estudos de Sociologia*, 15(2): 69-91.
- SILVERSTEIN, Paul. 2009. "Of Rooting and Uprooting: Kabyle Habitus, Domesticity, and Structural Nostalgia." In: J. Goodman & P. Silverstein (org.), *Bourdieu in Algeria: Colonial Politics, Ethnographic Practices, Theoretical Developments*. Lincoln: University of Nebraska Press.

Recebido em 04 de outubro de 2017.

Aceito em 21 de dezembro de 2017.